

# REVISTA DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL

Julho-Dezembro 1986

18



seguir as chaves que abrem as portas certas. Chamo a atenção para a urgência de estudar as misericórdias, como instituições sociais, económicas e financeiras da maior relevância.

Problemas que me são especialmente estimulantes: o das nobrezas locais, em fase de cristalização, a perseguição aos mercadores, contraditória e arritmica, por parte da Inquisição — de cujos estudos há que arredar o insolúvel problema do judaísmo.

Quem já se debruçou sobre as ordenanças militares em organização depois de 1569-1570, quem já procurou investigar quantitativamente os resultados de uma universidade enquanto geradora do alto funcionalismo estatal e religioso, quem já procurou estudar os rendimentos dos vários grupos sociais? Estes alguns dos temas que neste momento recordo.

Porém, se sem documentos não há história, a inversa não é menos verdadeira. Há que alargar conceitos, utilizar os operadores adequados, bem formular as perguntas para que as respostas venham a ser interessantes.

Algumas questões: houve crescimento económico no século XVI português? Houve desenvolvimento? Houve bloqueio, e se sim, provocado por quê ou por quem? Era a sociedade quinhentista uma sociedade plástica, integradora, complacente à entrada de novos elementos ou o contrário? Como se exprimia a abertura ou o enquistamento, quais os grupos que provocavam ou controlavam esses processos?

Se quisermos investigar, a sério, fazendo-nos eruditos com horizontes largos, estudando os grandes mestres e desprezando os divulgadores, podemos avançar por novas e estimulantes vias.

(Comunicação ao colóquio *A historiografia portuguesa: 1974-1986*, organizado pela Associação dos Professores de História.)

Lisboa, 22 de Maio de 1986.

Joaquim Romero Magalhães

---

**Título:** *Histoire de la vie privée — vol. I — De l'Empire Romain à l'An Mil*

**Autores:** Ariès, Philippe, e DUBY, Georges

**Edição:** Paul Veyne (dir.) — Éditions du Seuil, Paris, 1985 ( p.) 637

**Título:** *Histoire de la vie privée — vol. II — De l'Europe Féodale à la Renaissance*

**Autores:** Ariès, Philippe, e DUBY, Georges

**Edição:** Georges DUBY (dir.) — Éditions du Seuil, Paris, 1985 ( p.) 638

São estes os dois primeiros volumes de uma série de cinco que, de acordo com Georges DUBY, têm como ambição tornar perceptíveis as mudanças, lentas ou precipitadas — mas aliando permanente continuidade e inovação —, que, no decurso do tempo, afectaram a ideia e os aspectos que revestem a vida privada. O seu objectivo é permitir ao leitor situar-se numa complexa rede de forças e analisar as suas relações, de modo a conseguir uma melhor compreensão das metamorfoses a que assiste no presente. Pretende, também, abrir caminho a outros estudiosos que desejem debruçar-se mais profundamente sobre sectores ainda por explorar, ou apenas aflorados neste programa de investigação. Esta empresa estende-se desde o início da nossa era (vol. I) até à actualidade (vol. V — «De la Première Guerre mondiale à nos jours»), passando pelo Renascimento (vol. II), Iluminismo (vol. III — «De la Renaissance aux Lumières») e Revolução Francesa (vol. IV — «De la Révolution à la Grande Guerre»).

Georges DUBY e (o falecido) Philippe Ariès que orientam este projecto global, a par de Paul Veyne, organizador do primeiro volume, são três dos grandes

representantes da «Nova História» francesa. Este seu trabalho reflecte os pressupostos teóricos subjacentes àquela corrente — na preocupação, igual e simultânea, com o passado mais longínquo e o presente mais imediato; na dilatação do campo do documento pelo recurso não só ao escrito, mas ao arqueológico, ao figurativo, ao hagiográfico ou ao imaginário; no cuidado com o modo como as testemunhas e autores dos suportes usados tomaram consciência dos factos que relatam ou representam. O leitor vê-se transformado em actor no espaço da história, e a posição do historiógrafo é duplamente posta em causa: torna-se o encenador de uma ciência que se pretende «arte de tratar os restos» e perde a exclusividade autoral de um texto único, pois a sua é uma de diversas contribuições. Rompendo com os quadros tradicionais da narração, baseiam-se no contraste estabelecido pelo senso comum que opõe o público — o aberto à comunidade do povo e submetido à autoridade dos magistrados — ao privado, evitando cair numa história da casa, do individualismo ou da intimidade, embora estes factores estejam presentes.

\*  
\*  
\*

Composto por cinco capítulos, cada um elaborado por seu autor, o primeiro volume desta história abarca cerca de dez séculos de vida privada. Nele o privado é concebido como o local da imunidade, do repouso, do abandono das defesas e máscaras que protegem face ao público. É também o campo do segredo, do tesouro e do interdito: o corpo, a família, a casa, o murado. Entre estes dois espaços, que são duas potências, desenrola-se o combate da independência individual perante a sociedade, constituição complexa de desigualdades de sexo, idade e classe. Este conflito agudiza-se com o tempo. O reforço do Estado ou a sua desagregação por guerras e invasões, a cristianização com consequente atomizar de rituais colectivos e interiorização da atitude religiosa, levam a diferentes concepções da função e espaço do público e diversificação do privado.

A colaboração inicial é da autoria de Paul Veyne, que se debruça sobre o Império Romano. Definido como a propriedade de uma nobreza cívica (por direito de nascimento e posse de património), é também a civilização helenística aculturada por uma Roma ex-etrusca que se torna grega. Adoptando uma perspectiva pagã, o A. procura desmistificar a sociedade romana desde o seu aparelho de Estado e vida municipal até à família e suas relações com parentela, clientes e escravos. Salienta a indistinção entre funções públicas e dignidade privada, entre finanças do Estado e particulares, que originam tanto o domínio do suborno quanto o evergetismo.

A passagem do *homo civicus* ao *homo interior* é o tema que rege a abordagem das relações entre os indivíduos, às quais serve de exemplo mais evidente o casamento. Este passa de dever cívico a dever moral, vindo a sua rigidez agravada pelo racionalismo estoíco que (por razões alheias às do cristianismo) procura impor a afeição e a castidade aos esposos, com uma consequente (falsa para Veyne) alteração do estatuto de igualdade da mulher. Considera o resultante puritanismo amoroso como uma das diversas formas do esclavagismo que, ultrapassando o nível material dos servos, se torna uma coordenada mental manifesta noutros campos: o do trabalho, o da situação do filho não emancipado, ou mesmo no bucolismo (que Veyne identifica com a opereta negra dos Estados Unidos). Em paralelo, encontra-se o ideal liberal, em que a amizade é o valor que resume as relações recíprocas entre indivíduos, e onde o lazer e a riqueza são sinónimos de virtude.

O A. conclui pela interdependência entre público e privado, como no caso do direito, em que o segundo factor se define negativamente por aquilo que o sujeito pode fazer sem afectar a vida pública. Esta, por sua vez, obedece à vontade dos membros da classe governante, enquanto a vida particular cede à opinião do povo, que a pode censurar por panfletos ou canções injuriosas. Deste modo, os limites entre público e privado revelam-se móveis e vagos.

Peter Brown é o autor do segundo capítulo, e aborda os reinados de Marco Aurélio (161-180) a Justiniano (527-565), compreendendo, portanto, momentos já focados por Paul Veyne, mas sob uma perspectiva diferente. Começando pela oposição entre homem e cidade como resumo da percepção individual da família, da vida e do próprio corpo, preocupa-se com o lento evoluir de uma forma de comunidade pública, a da urbe antiga, que se transforma numa outra, a da Igreja cristã. Esta última, representante da emergência de novas formas de vida comum pela adopção do cristianismo como religião estatal e pela influência do monaquismo, vai ser contraposta ao mundo secular cujos contextos também se alteram devido ao alargamento do império, à invasão visigótica, ao aumento de população e de miséria.

Considera que a desagregação da elite cidadina é motivada tanto por uma centralização administrativa — que origina o estabelecimento de hierarquias dentro de uma classe relativamente una — quando pela abolição da distância entre nobreza e povo — resultante do aproveitamento da moral e solidariedade populares — por parte da Igreja. Mudam, pois, os códigos de conduta do homem público, não só por causa das desigualdades que se instalam dentro da sua própria classe, como também pela igualdade religiosa estabelecida pela comunidade cristã hierarquizada pela moral. Ao elitismo pagão sobrepõe-se a democracia religiosa do pecado, a cuja manifestação externa servem de símbolo os pobres e estropiados, a massa plural e anónima que constituía a «escória» da sociedade. Os patronos da cidade transformam-se em patronos dos pobres e a honra por benefício cívico recebe-se por actos de caridade.

Com a Igreja cidadina tornada estatal, Brown confronta a tradição cristã quase arcaica do eremitério. Os homens do deserto vivem à margem da sociedade, mas suficientemente perto das urbes para as poderem influenciar, exaltando sem medida o simbolismo do pobre. O seu êxito dá o sentimento de vulnerabilidade face à cidade que perde a sua preeminência como padrão sócio-cultural distinto. A criação de escolas nos mosteiros põe fim ao ideal de educação pela polis. Por outro lado, incapaz de se desligar do espaço citadino, a basílica vê-se eclipsada pelo convento.

O paradigma monástico engloba os aspectos mais radicais da contra-cultura filosófica pagã (cinismo) a par do passado judaico-cristão. Identifica o fenómeno — negativo — do mundo com a sociedade e vê transparecer, através dela, a ordem angélica do estado adâmico. Para Brown, serão os escritos de Santo Agostinho que vêm alterar este postulado — Adão e Eva como anteriores à sociedade e sexualidade —, transferindo a noção de queda do acto para o estado, generalizando-a a todos os homens e afirmando que nenhuma renúncia poderá elevar alguém acima dela. Impondo rigor e a consciência ascética da fraqueza humana, reúne o mundo e o deserto na Igreja, modificando o modelo monacal de modo que englobe também a sexualidade.

O A. termina chamando a atenção para a dicotomia religiosa que se gera neste momento: para o cristão ocidental o horror e preocupação privilegiados centram-se na sexualidade, enquanto o bizantino, na mira da reconquista do paraíso terrestre, se apoqueta com o orgulho e violência impessoais do mundo em geral.

Seguidamente, Yvon Thébert vai tratar a vida privada a partir do exame da arquitectura doméstica no espaço geográfico da África romana. Partindo de vestígios e dados arqueológicos concretos, apoiados por textos romanos e especialmente africanos, vai focar o *habitat* urbano das classes dirigentes. Procura detectar princípios gerais válidos à escala do império, bem como aspectos secundários relevantes para a apreensão das realidades quotidianas.

Considerando público e privado como indissolúveis, constata, primeiramente, que a crise helenística da cidade clássica é marcada por uma mutação espacial que se traduz pela extensão notável da esfera do privado em detrimento da do público (a «privatização» do *forum* em Paul Veyne). Esta alteração é sublinhada pelo crescente luxo dos alojamentos e desenvolvimento de colecções particulares, como fenómeno paralelo à afirmação da obra de arte como mercadoria. Para o A., o espaço doméstico apresenta-se como um produto cívico, tanto do estatuto e interesses do proprietário, como de necessidades comunais. A *domus* é os muros

e os habitantes, o seu génio é de lugar e de gentes, revestindo, pois, dimensão social, religiosa e também económica: compra-se, vende-se, é objecto de transacções.

A articulação dos espaços públicos e privados — interiores ou exteriores à casa — é resultante de uma reflexão teórica sobre a arquitectura, cujos planos se estendem da habitação à urbe, conjugando intenções estéticas gerais com considerações e desejos particulares. A ambição arquitectural dos programas leva ao uso de seqüências estruturais e decorativas com princípios directivos idênticos, tanto a nível da organização interna, quanto da externa. No entanto, as normas não são rígidas, já que o A. comprova a alteração de planos, volumes, ornamentações, e mesmo de limites, o que acarreta uma reelaboração dos espaços. O desejo de expansão dos proprietários assinala-se pela absorção de habitações vizinhas, pelo invadir e usurpar da via pública, ou pela construção de caves para alargamento das casas. A nível interno distingue a permanência da estrutura principal, a remodelação afectando apenas alguns detalhes. Como característica uniforme destaca o peristilo herdado da Grécia. Típico da habitação rica e desempenhando múltiplas funções, é o centro em torno do qual se organizam os diversos espaços da casa e o ponto de ligação entre todos eles.

Servindo a actividades heterogéneas, os locais públicos e privados da *domus* são especificados e articulados entre si, um compósito de domínios justapostos, essencialmente uma coisa ou outra que, segundo Thébert, se caracterizam por uma maior ou menor «opacidade» face ao exterior.

O quarto capítulo, da autoria de Michel Rouche, é dedicado à Alta Idade Média ocidental. Por oposição à antiguidade romana, o A. considera que a vida privada se torna o factor predominante da civilização, desencadeado pelo eclipse da cidade — que se tornou ameaçadora — e confirmado pela exaltação do campo como local de refúgio. Os invasores germânicos impõem novos estilos de vida que levam ao desagregar de estruturas públicas. O estado «bárbaro» é a aglomeração provisória de interesses privados, identificado com o espólio de guerra, reconduzido automaticamente pela vitória. Merovíngios e Carolíngios não conseguem compreender a *res publica*, nem a necessidade de unificação, porque as suas leis confundem inconscientemente os domínios do público e do privado.

Novos valores se introduzem que chocam tanto com as concepções romanas quanto com as cristãs. A justiça, primado da oralidade, não possui um código regular nem universal e depende da vontade de quem a usa: o roubo é punido com a morte, o assassinio com uma multa. O indivíduo só tem protecção na parentela e daí a sua importância como fonte de poder, a necessidade de a aumentar por vários casamentos, a justificação da poligamia. A nível económico mantém-se aquela indistincção: o imposto público é privatizado porque associado ao espólio, e, logo, aos vencidos. Franco passa a significar livre, porque isento de taxas.

Imitando o rei, os nobres vão desencadear um fenómeno de privatização geral, pelo fraccionamento da autoridade em múltiplas células autónomas, cada uma delas sob o poder de um chefe que comanda e castiga, sistema donde se virá a desenvolver o feudalismo.

A vida privada invade, assim, todas as esferas, generaliza os espaços fechados, de intimidade ou de paz pessoal, os grupos guerreiros, as comunidades horizontais (como as judaicas) ou horizontais e verticais (como os mosteiros). Faz da casa e da cabana o local do tesouro: armas, jóias ou gineceu. Também a Igreja se privatiza. Única força a tentar incutir alguma «civilização» na barbárie invasora, vê-se forçada a ceder à religiosidade pagã, seja pelo segredo confessional e penitência particular, seja pelo aceitar da sacralização da criança e pureza matrimonial. Porém, pela sua imposição do casamento monogâmico e interdição de divórcio, acaba por afectar a estrutura familiar de parentesco. Desenrola-se, então, uma luta entre duas perspectivas, pagã e cristã, a propósito da família, do sexo e da morte, da qual, segundo Rouche, resultam transferências importantes entre os dois sectores, dando predominância ao privado sobre o público.

Evelyn Patlagean encerra o volume com um capítulo sobre Bizâncio nos séculos X e XI, momento que classifica de apogeu e viragem para a modernidade. Referindo brevemente os limites territoriais, historia o período pela enumeração

de dinastias e sucessões, bem como de processos administrativos. Considera ser o campo o verdadeiro local social e de actividade produtiva, dominado por pequenos e grandes proprietários, entre os quais se encontram numerosos mosteiros, embora note uma lenta emergência do poder citadino resultante da evolução do artesanato e comércio.

Baseando-se em documentos na sua maioria anónimos, em hagiografias e cartas de altos funcionários, propõe-se seguir o discurso da cultura através dos escritos de um grupo social homogéneo e masculino — os únicos conservados — e descortinar uma mudança de consciência reflectida pela passagem de um tom classicista, próprio do século X, à afirmação e libertação da experiência pessoal do século XI, marca de uma sociedade que se reestrutura.

Define o privado como o local da casa, entendendo como público tudo o que lhe é exterior. A semelhança da *domus* romana, o *oikos* bizantino assinala-se como o espaço, o grupo e as suas relações. A casa, como a boca na metáfora de Achmet — um dos autores utilizados —, abriga a família, os parentes, os servos e por vezes um capelão. É constituída por domínios específicos e devidamente articulados: possui um gineceu, um oratório e, nalguns casos, um «escritório» destinado à leitura solitária do proprietário. A distinção dos espaços repete-se nos edifícios citadinos que, com mais de um andar, albergam diversas famílias. Como característica geral, destaca a intimidade e conforto das habitações.

É também com a palavra *oikos* que a A. define os mosteiros, instituições de reconhecida utilidade pública, sob a autoridade de um chefe espiritual e pertença de uma congregação. O mosteiro reproduz a organização espacial da casa, estendendo o princípio do local reservado às mulheres na exclusividade a um dos sexos. Este espaço fecha-se sobre os seus ocupantes, numa tentativa de coarctar a errância monástica, fonte de heresias. Por sua vez, o repouso da intimidade é levado ao seu extremo na solidão da célula, na descoberta da leitura individual e do silêncio. Porém, estas duas áreas interpenetram-se quando da transformação de casas particulares em conventos, fundindo assim as duas definições de *oikos* numa só.

Seguidamente, a A. debruça-se sobre as relações de alteridade, o «eu» com os outros, e consigo próprio. Para além das desigualdades de sexo e classe que afectam as relações humanas, estas inscrevem-se (à semelhança das romanas) em duas categorias, a da família e a da amizade, interiores e exteriores aos *oikos*. A demarcação entre público e privado irá ainda ser redobrada pela separação entre laico e religioso. Todavia, a parentela pode estabelecer-se e alargar-se por laços espirituais (no caso de padrinhos, por exemplo) e a sua realidade é atestada pelo interdito incestuoso que sobre eles pesa. A Igreja continua, portanto, a afectar a vida conjugal, mantendo a sua reticência quanto à sexualidade, propondo modelos hagiográficos coroados pela entrada no mosteiro, os quais são levados ao excesso na educação infantil. Por sua vez, a santidade da mulher, promovida para evitar terceiras núpcias de viúvas, revela-se uma antecipação do explodir do monaquismo feminino do século XII.

Não analisando os sentimentos inerentes à estrutura familiar por falta de documentação clara, a A. centra-se no discurso masculino da amizade, considerando-o como desprovido de censura face ao corpo, e descobre, nos tratados médicos da época, uma aceitação da sexualidade, uma preocupação com a saúde pelo estabelecimento de regimes alimentares, a regulamentação do desejo masculino e uma atenção especial ao sonho e imaginário. A este discurso vai opor o ascético, representado por Simão, o *Teólogo*, que introduz a obsessão com a morte na vida, o repúdio total do mundo e da carne, temas radicalizados nos pressupostos da heresia dos bogomilos. Termina considerando esta seita como exemplar de um processo de ruptura ideológica que vai desencadear repressão por parte da Igreja, processo esse que corresponde a uma forma de privatização e interiorização da experiência religiosa.

Na introdução ao segundo volume, Georges Duby — o seu organizador — interroga-se sobre a legitimidade do uso da noção de vida privada — própria da cultura burguesa do século XIX anglo-saxónico — e utilidade da sua transposição para o passado medieval. Resolve-se pela afirmativa, considerando que tal transferência não só permite uma reelaboração do conceito, como põe em evidência relações de poder alheias à noção de classe social. O objectivo deste estudo, será, então, isolar um campo da sociabilidade análogo ao que actualmente se inscreve na ideia de vida privada para o período decorrente dos séculos XI a XVI.

Inventariando os problemas que se lhe depararam, salienta o aspecto fragmentário do conhecimento. A evolução do material documentário sofre uma inflexão brusca a partir do ano mil, apresentando ainda um corte claro na primeira metade do século XIV. Estas perturbações acidentais reflectem-se directamente nas formas de vida privada, modificando fontes e o olhar do historiador, o que vai condicionar todo o texto. Admitindo a importância da cronologia, Duby confessa não ter sido possível respeitá-la dado a indigência dos factos. O discurso é então organizado em dois grandes blocos. Um primeiro, dedicado à descrição da vida privada nos séculos XI e XII na sociedade aristocrática da França setentrional. O segundo, centrado na evolução do espaço doméstico e expansão tanto religiosa como artística do indivíduo, tendo como base a nobreza da Toscana nos séculos XIV e XV. Como elemento unificador surgem os testemunhos da vida privada colhidos na literatura da metade norte de França, entre os séculos XII e XIV.

O primeiro capítulo é da autoria do próprio Duby que, em resposta aos problemas levantados na introdução, procura delimitar as noções de poder público e privado, começando por explorar os respectivos campos semânticos. Verifica que os conceitos e suas variantes possuem, no francês do século XIX, um nó de significações que repete a organização encontrada no latim ciceroniano. Os termos são, pois, sólidos, suportados por uma forte estrutura de linguagem, e as deslocções de sentido detectáveis resultam antes de mudanças nas relações de poder.

Salienta que na Idade Média os vocábulos expressos em torno da ideia de privado sugerem a existência de actos, seres e objectos que escapam, por direito próprio, à autoridade colectiva. Estes estabelecem-se num domínio com limites precisos cuja função é obstar a intrusões. É a partir dos espaços cercados, exibindo a sua independência por sinais ostensivos (emblemas, bandeiras, etc.), que, para o A., se desenrola a fragmentação do poder na origem do feudalismo. Privado define-se em oposição ao público por intermédio do espaço (a casa ou recintos circunscritos), enquanto o público se afirma pela autoridade. As casas nobres, satélites do poder real longínquo, propagam as imagens mentais e costumes que levam a pensar o Estado como um organismo familiar, e erigem-se em focos constrangedores autónomos. Esta situação altera as relações do senhor com a comunidade que rege, seja na distribuição da justiça, seja na exigência de serviços. Como consequência, verifica-se uma desagregação do estatuto do homem livre, confirmada por uma mutação vocabular: o termo «franco» perde o seu sentido original, exigindo uma reiteração.

Atesta, seguidamente, a existência de dois tipos de poder, em que a ordem e a paz são mantidas em nome de princípios diferentes, em que o indivíduo é submetido ou corrigido por potências diversas: a da *res publica* e a da *res familiaris*. Entre uma e outra destaca a *commendatio* — a amizade —, o elo de ligação à família que representa uma relação de carácter social ambivalente. O A. procura clarificar as fronteiras entre os diversos poderes concorrentes, propondo-se examinar a deslocação da sua estrutura por entre os movimentos (de retracção e expansão) que a abalaram.

Embora o processo de feudalização se tenha estendido à vida privada, invadindo mesmo o campo do religioso, Georges Duby conclui pela permanência de uma distinção entre público e privado. A fluidez e mudança de domínios leva a uma interpenetração que relativiza os termos. No entanto, o grupo parental elementar que habita a casa arvora-se em nó de resistência e, dentro desta, apesar de senhor do domínio, o chefe da família encontra ainda como obstáculo ao seu poder a autonomia individual.

Sob o título de *Tableaux*, o segundo capítulo oferece um estudo colectivo. A sua primeira parte é dedicada à vida privada nas famílias aristocráticas da metade norte de França, cujos membros, segundo os autores, se vêem sujeitos a uma dupla rede de relações: a de convívio e a de parentesco.

Debruçando-se sobre a relação de convívio, G. Duby parte da representação imaginária — o sonho — da casa perfeita, e suas analogias com o paraíso enquanto local de residência dos eleitos no outro mundo. Recorrendo a São Bernardo e São Gregório de Tours, entre outros, o A. detecta o ideal comum de uma igreja/casa maravilhosa, alegre e sólida, que, à semelhança da Jerusalém Celeste, acolha o *homo viator* e lhe proporcione o repouso adequado. Analisando narrativas cavaleirescas, verifica que a visão sacra e profana se interpenetram para se demarcarem na literatura de evasão posterior ao século XIII. As casas de sonho não são mais celestes e o paraíso, embora ainda imaginado como habitação perfeita, aparece preparado para as felicidades da vida.

Duby aborda então os mosteiros enquanto modelo da vida privada, projecção ou réplica do paraíso na terra, sua antecâmara e prefiguração. O mosteiro é uma cidade fechada. Teoricamente em correspondência estreita com as harmonias universais, é orientado e construído sobre os eixos do mundo, sendo a distribuição dos edifícios e espaços regida por um perfeito equilíbrio aritmético e simbólico. Nele, o abade desempenha as funções divinas de chefe da casa, possuindo autoridade exclusiva e exercendo-a soberanamente com o auxílio de uma equipa também hierarquizada. O fechamento a que os seus membros estão sujeitos gera uma greguidade estreita, um convívio em que todo o segredo é inelutavelmente partilhado e a solidão — tida como perigo ou castigo — só cede face ao leito individual.

Seguindo o modelo do mosteiro, o A. estuda então a topografia da casa nobre, que considera divergir em dois pontos apenas. No facto de os senhores desempenharem funções públicas, militares e civis, agindo no mundo e combatendo o mal pelas armas. Na existência de mulheres e crianças cuja importância decorre da necessidade de propagação, fundamental à ordem. A casa secular fica pois interligada ao casamento e organiza-se em torno de um par único e procriador.

Explorando o movimento de multiplicação das casas até final do século XIII, admite que lhe corresponde um aumento proporcional dos centros de convívio aristocrático que levam à vulgarização de comportamentos elaborados nos lares principescos. A partir de inventários, Duby estuda o mobiliário, decorações, as funções e gestos do interior. Passa depois à sociedade doméstica e relações entre os seus membros, concluindo que a separação clara entre feminino e masculino que a atravessa é institucional e espelha-se nos comportamentos e atitudes mentais. A posição da mulher — ser mível e estranho — revela-se idêntica à dos mortos pela exigência de um espaço em que sejam encerrados: gineceu ou túmulo.

Dominique Barthélemy continua este trabalho sob a perspectiva da relação de parentesco. Distingue este do convívio por mais abstracto e pertença de um nível diferente. Seguindo os conceitos e métodos desenvolvidos por Marc Bloch em *La Société Féodale*, procura delimitar os contornos da linhagem — em que diferença vassalagem de laços de sangue —, pondo em evidência as suas funções.

Define a filiação indiferenciada ou cognática como a equivalência das linhas paterna e materna em antropologia, e considera-a de particular importância para a destruição da ideia de que a linhagem é uma unidade constitutiva ou uma realidade substancial da sociedade. Para Barthélemy trata-se de um sistema bífido que implica uma mudança permanente de contornos das zonas de obrigações a ele inerentes. O termo designa, assim, uma relação e não um grupo.

A ausência de verdadeiros nomes de linhagem leva-a a admitir a adopção de patronímicos como tardia, artificial e imposta. Por sua vez, a nomenclatura das relações bilaterais gera um sistema de apelações confuso e aleatório. Nestas condições, o declínio e manutenção das grandes famílias e casas são matéria para os cronistas, e as estratégias de aliança desenvolvidas a longo prazo tornam o tema romanesco. Todas as fontes literárias ou históricas adquirem interesse e grau de autenticidade idênticos, já que todas elas constroem a sua ficção.

Reconhece a linhagem como semelhante a uma estrutura política elementar que realiza a unidade dos seus membros face ao exterior, usando, para tal, a função de parentesco. Ocultando os conflitos internos — factor de dinamismo — e alimentando disparidades, a genealogia legitima o resultado e é posta ao serviço do grupo na competição pública. As limitações que impõe ao indivíduo são, todavia, a expressão de uma estratégia e não de uma mentalidade. A A. explora, então, as repercussões dessa estratégia a nível das relações humanas e a sua interferência nas preocupações religiosas.

Na conclusão, Barthélemy resume o seu trabalho e esboça as linhas de força, permanências e mutações, dos estudos actuais sobre a história das estruturas de parentesco aristocráticas.

A segunda parte deste capítulo pertence a Charles de La Roncière, que põe em cena a classe dominante da Toscana em vésperas do Renascimento. O seu é um duplo percurso. De interiorização progressiva, em que passa do privado mais exterior — a cidade, os vizinhos, a casa — ao mais interior — o lar, a organização e decorações dos espaços, o seu conforto (chaminés e gelosias) e o do corpo (alimentos, higiene, vestuário), a preocupação com servos, reservas e fechamento (bens e segredos), a liberdade individual. Explora as relações familiares, os direitos e deveres conjugais, o estatuto da mulher e da criança, a educação. Inverte seguidamente a perspectiva e passa à interferência do público dentro do privado, analisando as relações com parentela, amigos e vizinhos, e destacando os diversos graus de intimidade e solidariedade.

O A. constata a existência de uma tensão subjacente que opõe em permanência as obrigações privadas — simultaneamente vividas por cada indivíduo em cada um dos espaços que ocupa — e os gostos e preferências pessoais. No entanto, a solidariedade das linhagens e o espírito de família asseguram-se-lhe suficientemente fortes para resistir aos conflitos estruturais resultantes da compartimentação interna. É a mistura das solidariedades próximas que constitui o privado alargado e caloroso, mas com características próprias a cada casa. A célula privada institui-se, então, como matriz da vida interior, pois os diversos meios privados são motor da evolução da personalidade dos seus membros.

Seguidamente, o A. debruça-se sobre as aberturas ao exterior da célula familiar, tendo em conta as involuntárias, pertença do quotidiano, e as ocasiões em que se exhibe deliberadamente ao público, ostentando a sua intimidade. A existência de uma osmose permanente impregna os meios privados de valores e obrigações elaborados fora deles, tanto pelo Estado quanto pela Igreja. Esta última procura intervir por intermédio de uma pastoral da vida privada, estabelecendo regras de disciplina para todos os seus momentos, e usando a solidariedade dos seus membros para garantir a execução do programa. Tem como objectivo o aprofundamento da devoção interior, acatado pelo sector feminino, mas posto em causa pelos homens, que exaltam o uso de todos os seus dons — materiais e espirituais — para o bem comum. Para o A. o argumento dos humanistas baseia-se em fontes alheias aos textos cristãos, que são as referências do mundo quase moderno que se esboça no século XV.

Georges Duby considera ser este trabalho mais claro que os anteriores devido ao aumento de vestígios materiais, figurativos e literários, que são enriquecidos por uma nova atenção aos problemas da vida privada.

Danielle Régner-Bohler é a responsável pelo terceiro capítulo. Sondando os romances de cavalaria, procura descortinar a coerência das leis de verosimilhança na narrativa. Tendo em conta o horizonte de expectativa como princípio engenrador dos textos, e sem procurar ver neles reflexos especulares, a A. encara as ficções como cenários fantasmáticos. A literatura — ecoando os textos normativos — parece-lhe permitir uma avaliação bastante correcta das relações entre o indivíduo e a colectividade. Matriz das suas fronteiras entre flutuantes e utópicas, a ficção é invocada como arqueologia literária do privado, nos termos do estatuto do imaginário atribuído àquele que, pouco a pouco, se designa como indivíduo, com direito à palavra, ao silêncio, à identidade e à máscara.

Privilegia a simbólica dos itinerários de exclusão que permitem à personagem errante da literatura cortês, progressivas reintegrações — marcadas por signos culturais carregados de sentido — e que culminam na reimplantação num grupo —

a estrutura comunal lendária, nunca ameaçada de desagregação. O itinerário fecundante consiste na travessia de um espaço aberto, deserto, e equivale à passagem de um local fechado a outro. Este percurso solitário imposto é confrontado com a solidão voluntária do eremita, cuja célula, fixa num espaço preciso, desempenha uma função social face ao colectivo que abandonou. O encontro entre o cavaleiro e o anacoreta nunca é fortuito. Intermediário indispensável entre Deus e os homens errantes, o eremita encerra na sua palavra solitária o segredo e o sentido da demanda.

Ligado ao imaginário, o espaço possui uma função simbólica, seja aberto ou fechado. A A. analisa seguidamente os locais da sociabilidade e os seus rituais de convívio que hierarquizam o percurso da integração, necessária e difícil, do indivíduo no grupo. Este espaço vai sendo gradualmente delimitado por fronteiras que levam a uma diversificação da própria gestualidade. A exibição perante o olhar exterior vem a culminar numa rede fechada e secreta dos modos de comunicação e comportamento, básicos à relação do amor cortês.

Examinando a sociedade doméstica, a A. desenvolve a conciliação exemplar entre o receio do duplo e a obsessão com as rivalidades familiares, a dialéctica vigorosa entre o dentro e o fora motivada pelo poder inerente ao gineceu, as relações da comunidade e do indivíduo com o corpo, e a angústia gerada pela autoconsciência da singularidade. Considera todos estes elementos como etapas num processo de emergência do indivíduo, atestada, na evolução de conjunto da literatura, pela passagem ao monólogo, à auto-análise e ao «eu» lírico. Termina com a temática da perda de identidade romanesca, que opõe à do retrato e do espelho, como reflexos substitutos da fonte narcísica e fatal.

O volume termina com um novo trabalho colectivo que se intitula *Problèmes*. Dominique Barthélemy regressa, agora com a análise da distribuição do espaço privado nos séculos XII e XIII, apoiando-se em vestígios arqueológicos, crónicas e biografias de construtores. Começando pelas habitações aristocráticas, procura destrinçar o rigor das denominações presentes nos textos e resolver os dilemas, da primazia entre residência e fortificação, da distinção entre sala e quarto.

Detecta uma habitabilidade e conforto crescentes nos castelos, exteriormente alterados pela afirmação de preocupações militares. Este processo sofre um incremento a partir do século XIII em resultado de um maior domínio técnico. Admite que se torna difícil a distinção entre residências senhoriais no campo e as habitações campesinas, dado que as diferenças eram marcadas por armas e utensílios. São estas casas, compostas por uma peça central, em torno de que se organizam outras divisões menores, que levantam o problema da distinção entre sala e quarto. Para a A. a confusão surge do desaparecimento das separações internas em madeira ou tapeçaria. Considera ainda que as diferenças se marcam, não por natureza, mas por grau de acolhimento e hospitalidade. Contesta, assim, a posição de Emile Mâle, afirmando que a estrutura das casas é independente das variações de topografia interna, e que os indivíduos que as habitavam davam preferência a vestuário, decorações e objectos de metal, valiosos e transportáveis.

Este estudo é continuado por Philippe Contamine para o período decorrente dos séculos XIV e XV. Partindo do termo «fogo», elemento base do recenseamento e de antiguidade atestada, procura demonstrar a sua diferença e interligação com as noções de casa e família.

Aborda seguidamente os problemas de inquilinato, regime de propriedades e cercados, tentando analisar os hábitos de mentalidade medieval que deles transparecem. Supõe que o espaço social da casa campesina corresponde ao sistema de terras, climas, condições económicas e técnicas de agricultura. Detecta uma evolução arquitectural marcada pela passagem de uma infraconstrução provisória para outra mais sólida, durável, e exigindo técnicas mais elaboradas, e será este segundo tipo que se afirma a partir do século XII. Estando mais adequado, material e psicologicamente, para abrigar a célula familiar, dará origem a um sentimento de identidade entre a família e a casa, semelhante ao existente entre uma linhagem e o seu castelo.

Dedica depois a sua atenção às características da construção urbana e distribuição dos seus espaços, assinalando, a partir da data anterior, um maior

grau de intervenção e controle por parte das autoridades municipais. Focando a casa urbana popular, e a burguesa, termina com os palácios, tomando como modelo o dos papas de Avinhão. Admite que o termo não designa um tipo arquitetural, mas remete para o nível e estatuto do seu proprietário, sendo aplicável a edifícios diversos com dimensões e vocação idênticas.

Conclui afirmando a existência de um sentido de evolução comum que se manifesta sob duas tendências. Uma para interiorizar o que antes se passava no exterior e outra para definir rigorosamente o destino de espaços até ai polivalentes e multifuncionais. Verifica que entre os séculos XIII e XIV se dá o aparecimento de habitações de melhor qualidade. Dialecticamente, a vida privada sujeita a um poder público mais intervencionista fecha-se sobre si num interior que se tornou mais confortável.

O subtítulo final — a emergência do indivíduo — encobre duas contribuições. A de Georges Duby, que trata o tema da solidão nos séculos XI e XII, é completada pela de Philippe Braunstein, que desenvolve as perspectivas da intimidade nos séculos XIV e XV.

Retomando alguns dos problemas já levantados nas suas intervenções anteriores, Duby propõe-se como objectivo saber se, no seio do privado colectivo, entre a quase promiscuidade do relacionamento feudal — que não prevê um espaço para a solidão do indivíduo a não ser na morte — é possível a existência de um privado pessoal. Reitera o fechamento e solidão como sinónimos de objecto de suspeita e estranheza — antíteses de privado — e o isolamento, voluntário ou imposto, como associado ao mal, à loucura ou à transgressão.

Contudo, o A. descobre que as marcas de conquista da autonomia pessoal se multiplicam a partir do século XII. O eu reivindica uma identidade no seio do grupo, o direito ao segredo, e vai ser auxiliado pelas transformações histórico-sociais que determinam o desagregamento das grandes famílias e comunidades religiosas. A libertação do indivíduo será, pois, detectável a partir de dois sectores da sociedade e claramente manifesta a nível da instituição monástica, dos sonhos e jogos de cavalaria. A prova de silêncio (eremitério) e a exigência de discrição (amor cortês) são a semente do que se tornará a intimidade actual. Duby desenvolve, seguidamente, a temática do olhar e da dualidade corpo/alma, a introspecção religiosa e suas relações com as primeiras autobiografias. Responde às suas próprias questões afirmando a existência de uma nova concepção de vida privada que se desenvolve, de forma lenta e progressiva, no seio da gregaridade familiar.

Philippe Braunstein mantém a continuidade do assunto. Baseia-se em memórias, confissões e comentários para determinar a mutação profunda — nos séculos XIV e XV — da atitude individual face aos grupos. Considera que o sujeito se define por contraste ou ruptura com os círculos da vida social — os encaixes sucessivos de um mundo fechado. Todavia, a ausência, nos textos, de uma questionação radical da ordem leva-o a afirmar que o indivíduo se encontra ainda encerrado num círculo de hábitos mentais e obrigações sociais. Justifica o falar de si pela utilidade, o bem comum, que é preponderante sobre o interesse particular. A afirmação individual revela-se como balbuciante, e marca-se timidamente face ao modelo de comportamento do bom cidadão. A preocupação dos autores em construir uma imagem para a posteridade corresponde a uma atitude activa e pública que reproduz a construção teórica de um ideal de vida.

Braunstein examina a evolução da pessoa tanto a partir dos textos quanto da figuração pictórica (Dürer), procurando, através das aparências do corpo — vestido e ornamentado, ou nu —, descortinar o invisível. Descobre a existência de um diálogo entre o homem e a sua imagem, sintoma de uma nova forma de consciência. O corpo revelado é, pois, o elo de ligação entre o aparente e o íntimo, o instrumento do conhecimento sensível (percepção sensorial e memória), o intermediário entre o material e o espiritual (visões e êxtase).

O A. ultima o seu trabalho — a que recusa uma conclusão — analisando a inquietude sobre o real e o verdadeiro, a angústia com o invisível, resultantes de uma mudança nos limites do mundo conhecido que cria um espaço geométrico e insensível em torno da figura humana, abandonando o maravilhoso aos humildes.

Escritos por várias personalidades, com interesses e características diversas, os textos não se ressentem. Revelam-se, antes, como um todo coeso, em que se detectam vários temas que evoluem de acordo com uma linha própria e contínua. A preocupação com a família, o estatuto da mulher e da criança, a educação, a relação com o corpo, a morte e o além, o recuo e regresso da cidade sob novas formas, são retomados no segundo volume sob uma nova perspectiva. Salienta-se a evolução arquitectural e paralelo aumento de conforto das habitações como enquadramento propício à emergência do indivíduo, a sua demarcação face a um grupo social envolvente, a tomada de consciência da sua autonomia e conseqüente angústia da singularidade. Todos estes tópicos estão subjacentes à oposição básica entre público e privado que se demarca como móvel, instável e, por vezes, paradoxalmente indestrinçável, para se tornar, depois, um pouco mais clara devido a uma gradual exigência de liberdade por parte do indivíduo que se erige contra uma ordem social mais intervencionista.

As repetições esporádicas que se descobrem a nível de épocas funcionam como pontos de referência, elos de ligação entre as diversas exposições. Cabe ao leitor, apoiado pelo índice temático, elaborar uma interpretação diacrónica do assunto que mais lhe interesse.

Digna de realce, uma extensa bibliografia comentada e cheia de sugestões de trabalho presente no primeiro volume. Este facto permite esperar que a redução bibliográfica e o desaparecimento das propostas de investigação no segundo volume seja meramente pontual.

Lisboa, 30 de Junho de 1986.

Helena de Mesquita Barbas

---

### **Discurso político, poderes e sociedade: notas sobre a investigação da história espanhola (séculos XVI e XVII)**

Diogo Ramada Curto

A história política espanhola do *siglo de oro* é, hoje, terreno fértil de investigação. A publicação de um número crescente de trabalhos nesta área não poderá ser desligada de uma conjuntura intelectual, que participa do repensar das relações entre a Sociedade e o Estado e que ora se compromete na viva questão das autonomias, ora se interroga acerca dos atrasos ibéricos. Quais os marcos iniciais de tal conjuntura? Selecciono três obras: *La teoria del Estado en el siglo XVII* (1944) de José Antonio Maravall; *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1947) de Fernand Braudel, e, finalmente, *Carlos V y sus Banqueros* (1943) de Ramon Carande. Por detrás do seco enunciar de títulos revelam-se os interesses convergentes dos homens: Maravall, por exemplo, começa por participar no círculo da *Revista de Occidente*, onde Ortega y Gasset o põe em contacto com Carande (*El País*, 14 de Agosto de 1986, Libros, p. 3). Mas é preciso não esquecer a divergência dos temas e dos problemas: em Maravall a preocupação pelas formas de pensamento — a que não será estranho o exemplo de Marcel Bataillon (*Erasmus et l'Espagne*, 1937) — consolidar-se-á no monumental *Estado moderno y mentalidad social* (1972); em Braudel, ao contrário das leituras simplificadoras, o político simultaneamente acontecimento e organização institucional é alvo de descentramento, tendo em vista a sua compreensão num quadro mais vasto, em que pesam sobretudo as estruturas materiais; por último, Carande, com base no sistema financeiro, ensaia o estudo do Estado enquanto aparelho, sem descurar as suas implicações sociais.